



**Relatório de Pesquisa de Opinião sobre a
Radiodifusão Pública e a Migração Digital em
Moçambique**

Maputo, Novembro de 2015

Título: Relatório de Pesquisa de Opinião sobre a Radiodifusão Pública e a Migração Digital em Moçambique

© CEC– Maputo, Novembro de 2015.

Pesquisadores: Ernesto C. Nhanale e Pedro Langa

Como citar o documento: “CEC (2015). Relatório de Pesquisa de Opinião sobre a Radiodifusão Pública em Moçambique e Migração Digital. Maputo: CEC.”

PARCEIROS:



ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO.....	3
1.1	Objectivos.....	3
1.1.1	Gerais	3
1.1.2	Específicos	3
1.2.	Estrutura e utilização do relatório	4
II.	CONTEXTO DA RADIODIFUSÃO PÚBLICA EM MOÇAMBIQUE	5
III.	METODOLOGIA.....	8
IV.	SUMÁRIO DOS RESULTADOS	10
4.1	Secção 1 – Questões centrais sobre a recepção da radiodifusão pública	10
4.2	Secção 2 – Questões centrais sobre a migração digital.....	11
V.	REFERÊNCIAS	14
VI.	ANEXOS – TABELAS DE FREQUÊNCIAS	15
	Tabela 1 – Distribuição dos entrevistados por sexo	15
	Tabela 2 – Distribuição percentual dos inqueridos por sexo e localização geográfica.....	15
	Tabela 3 – Distribuição percentual do acesso/uso dos media no geral e dos meios mais usados para a informação	16
	Tabela 4 – Distribuição dos meios de comunicação mais usados para programas de entretenimento e educação.....	17
	Tabela 5 – Distribuição percentual do uso dos meios de comunicação privados e comunitários em comparação com a radiodifusão pública.....	18
	Tabela 6 – Avaliação do nível de diversidade política, inclusão e acesso dos cidadãos à radiodifusão pública	19
	Tabela 7a – Recomendações para a melhoria dos serviços públicos de radiodifusão	20
	Tabela 7b – Recomendações para a melhoria dos serviços públicos de radiodifusão	21
	Tabela 8 – Tecnologias de acesso à televisão em Moçambique: entre o analógico e o digital	22
	Tabela 9 – Nível de conhecimento sobre a migração digital.....	23
	Tabela 10 – Fontes de informação sobre a migração digital	23
	Tabela 11 – Primeira pergunta de teste sobre a migração digital	24
	Tabela 12 – Segunda pergunta de teste sobre a migração digital	24
	Tabala 13 – Avaliação sobre o nível de conhecimento sobre a migração digital	25
	Tabela 14 – Nível de preparação económica para a migração digital	26
	Tabela 15 – Recomendações e opções sobre as estratégias do governo na migração digital.....	27

I. INTRODUÇÃO

No âmbito das suas actividades, o Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (CEC) tem vindo a desenvolver um conjunto de pesquisas que buscam compreender e apoiar os processos de formulação de políticas públicas sobre a área da comunicação social em Moçambique. Estas pesquisas têm sido realizadas buscando responder às questões mais prementes e de interesse prioritário para o país.

Nos seus quatro (4) anos de actividades de investigação, o CEC tem concentrado maior atenção na análise do conteúdo dos media. A realização da presente pesquisa de audiências sobre a recepção dos serviços públicos de radiodifusão pública em Moçambique é marcada por três factores importantes.

Primeiro, do ponto de vista metodológico, a ampliação da perspectiva dos estudos, o que permitirá um olhar diferente da actuação da comunicação social em Moçambique, oferecendo uma maior riqueza aos trabalhos realizados pelo Centro.

Em segundo lugar, esta pesquisa busca responder a um momento fulcral da economia política da comunicação social em Moçambique, sobretudo da radiodifusão pública. Trata-se de um momento em que a Radiodifusão tem vindo a sofrer pressões e críticas sociais severas no sentido de que caminhe para um processo mais acelerado da sua profissionalização, reduzindo as barreiras que tem vindo a sofrer com a pressão e controlo político do governo. Conforme se assinala no capítulo da contextualização do estudo, trata-se de pressões que têm uma origem histórica, derivada do facto de estes meios de radiodifusão pública terem sido geridos sob o controlo do governo da Frelimo desde a independência nacional até aos anos 1990, no regime comunista. Esta cultura de controlo continua a ser verificável no contexto da democracia (1990 – até hoje), dado o facto de a Frelimo, que governava o país no contexto de partido único, continuar a governar até hoje, sem alternância.

Em terceiro lugar, em 2015, ano em que a União Internacional das Telecomunicações definiu como prazo para o fecho do processo de migração do sistema de transmissão da Televisão do analógico para o digital, tendo Moçambique, por diversas questões de cariz política, tecnológica e económica, falhado o prazo, o debate sobre a radiodifusão pública (sobretudo sobre a televisão) torna-se imprescindível.

Assim, a presente pesquisa de audiências foi elaborada com os seguintes objectivos:

1.1 Objectivos

1.1.1 Gerais

- Fornecer subsídios sobre a actualidade da importância da radiodifusão pública, num contexto de uma crescente diversidade de oferta de canais de comunicação social em Moçambique, marcado pelo contexto legal, político, económico e tecnológico;
- Fornecer aos decisores e pesquisadores informação sistematizada que contribua para a compreensão do contexto da recepção e migração digital em Moçambique.

1.1.2 Específicos

-
- Compreender a relevância da radiodifusão pública em Moçambique na oferta de produtos de informação, educação e entretenimento, em relação aos meios privados e comunitários;
 - Ter uma percepção das audiências sobre a qualidade da programação da radiodifusão pública em Moçambique;
 - Avaliar o nível de percepção pública sobre as questões de independência editorial, sobretudo no que diz respeito à inclusão e pluralismo político nos programas informativos e de opinião;
 - Verificar como os cidadãos percebem a radiodifusão pública na cobertura dos assuntos do governo, especificamente no papel de informar e monitorar a acção do governo;
 - Compreender o nível de identificação cultural, política e social dos cidadãos com os programas da radiodifusão pública em Moçambique;
 - Testar o nível de informação dos cidadãos sobre o processo de migração digital e as suas implicações no acesso à informação em Moçambique;
 - Recolher um conjunto de recomendações dos cidadãos sobre o que seria mais recomendável fazer para tornar a radiodifusão pública e a migração digital inclusivas em Moçambique.

1.2. Estrutura e utilização do relatório

Um dos elementos mais importantes para a compreensão de dados resultantes de qualquer estudo de audiência é o contexto em que ele é realizado. Isto é, as opiniões dos indivíduos podem ser condicionadas, para o caso concreto, pelo contexto político, económico, social e tecnológico em que a pesquisa é realizada. Por isso, na secção seguinte deste relatório, apresenta-se o contexto actual da radiodifusão pública em Moçambique.

Num segundo nível, são apresentadas as metodologias aplicadas para a realização desta pesquisa de audiências.

Conforme a pretensão do CEC, os resultados devem constituir uma base de dados para uma consulta diversificada. Assim, é feito um sumário geral da tendência das percepções das audiências sobre as questões em análise e, em anexo, são apresentadas tabelas de frequências das respostas dadas ao questionário. O CEC acredita que esta forma de apresentar a informação permitirá que cada interessado use os dados e realize outros tipos de análises não condicionadas, logo à partida, pelas interpretações dos investigadores que elaboram o presente relatório.

II. CONTEXTO DA RADIODIFUSÃO PÚBLICA EM MOÇAMBIQUE

Num país com elevados índices de analfabetismo e pobreza, como é o caso de Moçambique, a radiodifusão, graças às suas características tecnológicas, define-se como um dos principais meios de comunicação. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, até 2008/9, a taxa de analfabetismo tendia a diminuir no país: a proporção de pessoas de 15 anos e mais que não sabem ler nem escrever passou de 53.6% em 2002/3 para 49.9% em 2008/9. As zonas rurais do país tinham as taxas mais elevadas, com 65.7% em 2002/3 e 61.2% em 2008/9, do que as zonas urbanas com 30.3%, e 26.8%, respectivamente. No que diz respeito à pobreza, Moçambique é ainda é, a nível mundial, um dos países mais pobres. O Índice de Desenvolvimento Humano (HDI:2013) indica que Moçambique situa-se na posição 178 de um ranking de 187 países avaliados, com baixos níveis de educação da sua população adulta, com uma economia informal e elevados níveis de vulnerabilidade a diversas doenças.

Embora a situação tenda a melhorar, o acesso aos meios de comunicação social em Moçambique revela-se ainda muito reduzido para as camadas sociais mais pobres e para a população rural. O Inquérito do Índice Demográfico de Saúde do INE, realizado em 2011, no capítulo sobre a exposição aos meios de comunicação social dos inquiridos, mostra que 48% das mulheres e 26% dos homens não têm acesso a nenhum meio de comunicação social em Moçambique. Relativamente ao acesso a cada tipo de meio de comunicação social, a Rádio é o meio mais usado (42.5%), seguido pela televisão (24.3%) e pelos jornais, com 8.7%. O acesso e exposição à televisão tende a ser cada vez mais baixo nas zonas rurais e mais alto nas zonas urbanas, sendo a cidade e a província de Maputo as que têm maior acesso. Por outro lado, o acesso diversificado aos media tende a ser mais elevado para as camadas populacionais mais educadas e mais ricas (INE: 2013).

O sistema de radiodifusão em Moçambique tem características múltiplas: a radiodifusão pública (constituída por duas empresas, a Rádio Moçambique e a Televisão de Moçambique); a radiodifusão comunitária, religiosa e comunitária. Segundo um relatório sobre a radiodifusão em Moçambique produzido pela OSISA (2010: 17), cerca de oito rádios (8) são comerciais e 56 são comunitárias. Das rádios comunitárias, vinte e quatro são tuteladas pelo Instituto de Comunicação Social, uma instituição governamental, e as restantes são propriedade de associações comunitárias e da igreja católica.

As rádios comerciais, grande parte delas, não têm tido um forte papel na produção de informação, estando ligadas à produção de programas de entretenimento e à transmissão de música. As rádios comunitárias têm ganho uma forte expressão nas comunidades rurais, muitas vezes criticadas por não representarem a génese e os interesses das comunidades. Existem no país dois grupos de rádios comunitárias: (i) as criadas e geridas por uma entidade governamental, o Instituto de Comunicação Social; (ii) as criadas pela UNESCO, no âmbito do programa de desenvolvimento dos media em Moçambique e por outras organizações não-governamentais, como a organização dinamarquesa IBIS, com uma estrutura de gestão baseada em associações. Grande parte destas rádios pertencentes a associações encontra-se filiada ao

Fórum das Rádios Comunitárias (FORCOM), fundado como um mecanismo de solução dos diversos problemas de sustentabilidade com que estas rádios têm-se deparado.

As rádios comunitárias, sobretudo as detidas por associações, apesar de enfrentarem grandes dificuldades no que diz respeito à sua sustentabilidade e às pressões políticas que sofrem, a nível dos distritos¹, têm assumido um papel importante na educação cívica das comunidades, participação e monitoria da governação local².

A Rádio Moçambique é o meio com a maior cobertura no país. Estima-se que até 2013, o sinal da RM esteja a chegar a mais de 95% do país, emitindo em português, inglês e nas diversas línguas nacionais³. Um estudo realizado sobre a formação do voto e o comportamento eleitoral em Moçambique cita o meio Rádio como uma das principais fontes de informação eleitoral, nele a RM contribuindo com uma percentagem de 91% (BRITO, L.; PEREIRA, J. C; ROSÁRIO, D e MANUEL, S.; 2005).

Em relação à televisão, existem dez canais de televisão a funcionarem em sinal aberto, quase todos a fornecerem o serviço de informação⁴. Entre as televisões privadas, são de maior destaque, em termos de serviço público de informação, a STV, a TV Miramar e a TIM, com uma maior expansão do sinal nas capitais provinciais, fora da cidade de Maputo, onde se encontram concentradas todas as televisões. Em relação às outras televisões, a TVM continua a ser a que oferece a maior abrangência de sinal aberto, sobretudo por estar presente nas principais capitais provinciais e em algumas das principais cidades e vilas do país, embora ainda com o desafio de caminhar para o processo de introdução das línguas nacionais no processo da sua programação (Miguel, 2013: 53).

A fraca cobertura da rede eléctrica⁵ no país pode ser vista como um dos problemas que dificultam a expansão do sinal e o uso dos receptores de televisão, por sinal aberto. Os últimos dados apresentados, em 2013, indicam que somente 14 por cento da população moçambicana é

¹ Entre os vários factos que ilustram as pressões e as violações da liberdade de imprensa, em Outubro de 2012, o Presidente do Município de Manica foi acusado de ter ordenado o encerramento da Rádio Comunitária de Macequece, através do uso das forças policiais. De acordo com o que foi apurado, o encerramento da rádio foi resultante do trabalho que a rádio vinha desempenhando na monitoria da governação local, facto que era considerado incomodativo pelo edil do Conselho Municipal de Manica. No mesmo ano, foram reportados pelo FORCOM mais três casos de encerramento de Rádios Comunitárias, em Moçambique.

² Entrevista com Naldo Chivite, Oficial de Comunicação do FORCOM, realizada em Maputo, a 30 de Dezembro de 2014.

³ Neste momento, a RM utiliza nas suas emissões as seguintes línguas nacionais: CiMakonde- Cabo Delgado; Emakhuwa. Nampula, Cabo Delgado, Niassa; Kimwani- Cabo Delgado; Kiswahili- Cabo Delgado; CiYao- Niassa; CiNyanja – Tete, Niassa; Elomwe- Zambézia; EChuabo- Zambézia (as emissões iniciam em Fevereiro de 2013) ; CiSena – Tete, Sofala, Zambézia; CiNdau – Inhambane, Sofala; CiManyika – Manica; Ciutee – Manica; CiBarwe – Manica; XiTswa – Inhambane; GiTonga- Inhambane; XiChangana- Maputo, Gaza; XiRhonga – Maputo; CiCopi - Gaza, Inhambane (Ndapassoa, 2012: 92)

⁴ As televisões nacionais são: TVM 1 e 2 - Televisão de Moçambique (actualmente, a operar em dois canais); RTP-África - Rádio Televisão Portuguesa para África; STV - Soico Televisão; TV Miramar - Televisão Miramar, TIM - Televisão Independente de Moçambique, TV Maná – Televisão Maná (canal religioso), KTV (nos últimos tempos, este canal passou a não emitir sinal para o ar; ECO TV; TV Gungu.

⁵ Estima-se que somente cerca de 40 por cento da população em Moçambique tenha acesso à energia eléctrica.

que tem acesso à Televisão. Grande parte desta população é a residente nos principais centros urbanos do país.

No que diz respeito às questões legais sobre a independência dos meios de radiodifusão pública pode-se partir da Constituição da República, através dos números 4 e 5 do artigo 48, que define os meios de comunicação públicos como independentes em relação ao governo, à administração e aos demais poderes políticos. No entanto, esta independência torna-se limitada pelo facto de as suas instituições de tutela serem reguladas da mesma maneira como são reguladas as outras empresas públicas. Isto é, no processo da sua transformação de empresas estatais, o estatuto da sua gestão teve igual equiparação às demais empresas públicas, através da aplicação da Lei nº 17/91, de 3 de Agosto de 1991, na qual, em Moçambique, cabe ao Primeiro-ministro nomear e exonerar o presidente do Conselho de Administração das empresas públicas.

A nomeação dos Administradores das empresas públicas de radiodifusão tem sido um dos mecanismos de dependência destas empresas em relação ao poder do dia. Conforme ilustra o relatório da pesquisa da AFRIMAP, OSF-SA, OSIMP (2010: 84) sobre a radiodifusão em Moçambique, *“o efeito desta dependência sobre os operadores de radiodifusão pública é tão imediato quanto inevitável, na medida em que o Conselho de Administração não é apenas um órgão supervisor, mas também está envolvido na gestão executiva”*.

Isto acontece, sobretudo, porque os membros do conselho de administração desenvolvem funções executivas e de supervisão. Aliás, o presidente do conselho de administração é quem preside a direcção executiva nas suas actividades diárias, estrutura na qual se encontra a Direcção Editorial (AFRIMAP, OSF-SA, OSIMP; 2010: 84; MISA e FES, 2014).

Esta estrutura tem-se revelado em fortes interferências dos governantes nos conteúdos editoriais dos órgãos de informação pública, sobretudo em processos de selecção de comentadores e de temas para determinados debates. Esta tendência de intolerância e de rejeição de ideias de opostas atingiu momentos caóticos na governação de Armando Guebuza, através de campanhas de propaganda nos meios de comunicação públicos visando obstruir qualquer argumentação contrária à governação. Foi nesta sequência que se intensificaram estratégias de comunicação da governação, através da criação de grupos de *opinion makers* orientados a participarem em programas de debates nos media com a finalidade produzirem uma opinião pública favorável à governação do chefe de Estado, num momento em que o país atravessava uma plena instabilidade política devido à nova guerra e ao crescimento do crime organizado (Pereira & Nhanale, 2014). É preciso realçar ainda que a radiodifusão pública tem vindo a receber muitas críticas no que diz respeito à sua postura na cobertura eleitoral. Os relatórios de monitoria da cobertura eleitoral têm indicado que a Televisão de Moçambique, com maior vigor, tem vindo a pautar por uma cobertura favorável ao partido Frelimo e aos seus candidatos, em detrimento dos partidos da oposição e dos seus candidatos (CEC & IREX, 20013; Nhanale b, 2014).

Estes problemas de interferências devem ser compreendidos dentro do contexto político geral. Moçambique, com cinco pleitos eleitorais realizados, vem sendo caracterizado pela dominação da FRELIMO no governo, para além de ter governado enquanto partido único de 1975 a 1990 (altura da introdução da constituição democrática).

III. METODOLOGIA

Conforme foi já referido, a pesquisa realizada é de natureza quantitativa, buscando medir as percepções dos cidadãos sobre a radiodifusão pública e o processo de migração digital em Moçambique.

No **desenho da amostra**, considerou-se que os meios de radiodifusão pública são de cobertura nacional. No entanto, a televisão somente é acessível onde há energia eléctrica. Assim, a amostra é constituída por cidadãos de algumas cidades e vilas municipais, considerando a possibilidade de os dois meios de comunicação serem recebidos nesses locais.

As tabelas abaixo ilustram a distribuição dos entrevistados por localização geográfica e por nível de formação:

	Feminino	Masculino	%	Total
Total	200	200	100	400
Localização geográfica				
Cidade de Maputo	46,7	53,3	100,0	180
Boane	40,0	60,0	100,0	5
Beira	48,1	51,9	100,0	52
Dondo	81,8	18,2	100,0	11
Nampula	47,2	52,8	100,0	72
Tete	48,0	52,0	100,0	25
Cidade da Maxixe	69,2	30,8	100,0	26
Massinga	40,0	60,0	100,0	5
Lichinga	58,3	41,7	100,0	24
Nível de escolaridade				
Primário	61,5	38,5	100,0	39
Básico	55,7	44,3	100,0	97
Médio	50,8	49,2	100,0	130
Superior	39,3	60,7	100,0	122
Nenhum	66,7	33,3	100,0	12

O inquérito foi aplicado entre 31 de Julho e 06 de Agosto de 2015. Do ponto de vista da proporção dos inquiridos, respeitou o equilíbrio entre homens e mulheres. O processo de selecção dos entrevistados também garantiu o respeito pela diversidade de idades, assim como a inclusão de diversos estratos sociais, conforme a conveniência e o controlo feito pelos inquiridores.

Todos os inquiridos têm 21 anos de idade (idade de maioridade em Moçambique) ou mais e residem em vilas e capitais provinciais de Moçambique. Embora a participação política seja a partir dos 18 anos, um dos elementos destacados nas questões apresentadas, considera-se que a tomada de decisões dos indivíduos também seja importante para uma pesquisa desta natureza.

A informação foi recolhida através de entrevistas presenciais em todos os locais da pesquisa, respeitando procedimentos de aleatoriedade, conforme estava estabelecido no instrumento de pesquisa. Todos os inquiridores foram submetidos a uma formação prévia como forma de garantir um maior rigor na aplicação.

Antes da sua aplicação, o questionário passou por um processo de pré-teste como forma de aferir se o mesmo respondia aos objectivos e se era de fácil compreensão por parte dos respondentes.

Após a recolha dos dados e controlo da sua qualidade, os dados foram analisados através do pacote estatístico SPSS, sendo os dados apresentados em tabelas de frequências.

IV. SUMÁRIO DOS RESULTADOS

4.1 Secção 1 – Questões centrais sobre a recepção da radiodifusão pública

Panorama geral da recepção dos meios – Os resultados demonstram que os meios de comunicação social mais usados em Moçambique para o acesso à informação, educação e entretenimento são os electrónicos (radiodifusão). Considerando que a pesquisa foi aplicada no meio urbano, a televisão tem uma taxa de utilização de 23.6 por cento; seguida pelos telemóveis, com 20.1 por cento (é preciso destacar a expansão da internet através dos *smartphones*); pela rádio com 16.8 por cento. Os computadores ligados à internet também aparecem como meios utilizados, com cerca de 13.2 por cento das opções. Os resultados confirmam dados de estudos anteriores (INE) relativamente à utilização dos jornais e revistas em Moçambique, com cerca de 10.5 e 6.1 por cento, respectivamente, como dos meios eleitos pelos cidadãos como os mais usados. Por questões da sua disponibilidade, o cinema também é eleito como um meio usado, especialmente em Maputo e Boane [CONSULTE OS DETALHES ESTATÍSTICOS NA TABELA 3, EM ANEXO].

Recepção dos meios e importância da radiodifusão pública relativamente aos outros meios de comunicação – A radiodifusão pública, quando comparada ao outros meios disponíveis (como as rádios comerciais, comunitárias e televisões privadas), aparece com uma taxa de utilização baixa. Por exemplo, a questão sobre os meios de radiodifusão mais usados para a informação mostra que as outras rádios e televisões constituem a maior fonte de informação dos inquiridos. O mesmo sucede em relação aos programas de entretenimento, onde os outros meios de radiodifusão que não sejam públicos são colocados como opção por cerca de 40.8 por cento dos respondentes. Verifica-se a mesma tendência no que diz respeito aos programas de educação, onde os outros meios de comunicação social aparecem como a opção mais indicada, com cerca de 33.6 por cento, comparados com os 24.8 da televisão de Moçambique e os 8.5 da Rádio Moçambique. No que diz respeito aos meios de comunicação comunitários, há uma tendência do destaque da sua relevância, sobretudo nas cidades e vilas de menor dimensão, como Dondo, Massinga [CONSULTE OS DETALHES ESTATÍSTICOS NAS TABELAS 4 E 5, EM ANEXO].

Os meios de radiodifusão e inclusão nos conteúdos – Quando solicitados a responderem sobre o seu nível de identificação cultural, política e social com a programação da radiodifusão pública, em especial a RM e a TVM, numa escala qualitativa de “muito forte”, “forte”, “médio”, “baixa” e “muito baixa”; grande parte dos inquiridos mostra uma identidade média, em 45.8 por cento, seguida de uma identidade “forte” com a programação de 24.5 por cento; havendo pessoas que possuem uma identidade baixa (14.0 por cento), muito baixa (4.0 por cento) e muito forte (11.8 por cento). No que diz respeito à inclusão na programação, através da consulta dos conteúdos, os entrevistados, na maior parte das vezes, escolheram as seguintes opções: nunca (41.3 por cento), poucas ocasiões (23.5 por cento) ou não sabem (19.5 por cento) se a Rádio Moçambique ou a Televisão de Moçambique consultam as pessoas sobre os programas por si produzidos. Somente 15 por cento dos entrevistados escolheram opções que significam que alguma vez foram consultados sobre os programas transmitidos na TVM ou na RM.

Ainda neste indicador, foi feita uma questão sobre a predominância das vozes dos políticos e dos cidadãos nas notícias. Os inquiridos responderam que há uma forte predominância das vozes dos

políticos nos noticiários, com 55.3 por cento; a reportagem com vozes dos cidadãos ocorre em cerca de 13.8 por cento. Cerca de 27.5 por cento das respostas consideram que tanto os políticos como os cidadãos aparecem com a mesma frequência [CONSULTE OS DETALHES ESTATÍSTICOS NA TABELA 5, EM ANEXO].

A radiodifusão pública e a cobertura política/governança – Foram feitas três questões sobre o nível de equilíbrio político dos conteúdos e o papel da radiodifusão pública na reportagem sobre a governança. Nestes aspectos, 53.5 por cento responderam que os conteúdos da radiodifusão pública buscam ilustrar aspectos positivos da governança do que os negativos e 33.7 por cento indicaram que há um equilíbrio entre o positivo e o negativo nos assuntos publicados na radiodifusão sobre o governo. Quando questionados sobre como a radiodifusão pública reporta a oposição, 35.1 dos inquiridos indicaram que a radiodifusão pública reporta de forma isenta os assuntos da oposição e 32.4 por cento responderam que a reportagem não beneficia a oposição. Uma terceira questão feita é referente ao acesso dos cidadãos aos meios de comunicação públicos para opinarem criticamente sobre a governança. Nesta secção, 34.5 por cento dos entrevistados responderam que “os cidadãos não têm acesso à crítica ao governo através da RM e da TVM”; 30.0 por cento entendem que a RM e a TVM abrem espaços de crítica ao governo e 27.6 por cento entendem que “não há espaço aberto para criticar o governo” [CONSULTE OS DETALHES ESTATÍSTICOS NA TABELA 6 EM ANEXO]..

O que fazer para que a radiodifusão seja efectiva em Moçambique – Das recomendações feitas, há um entendimento quase que geral de que deve haver uma forte intervenção, a diversos níveis, para que a radiodifusão pública possa: (i) funcionar de forma independente; (ii) melhorar a programação informativa, educativa e de entretenimento; (iii) aumentar a programação nacional (sobretudo para o caso da televisão); (iv) transmitir programas com pouca violência, crime e cenas que induzem à pornografia; (iv) melhorar os seus programas nos horários nobres [CONSULTE OS DETALHES ESTATÍSTICOS NA TABELA 7 EM ANEXO]..

4.2 Secção 2 – Questões centrais sobre a migração digital

As principais formas de acesso à Televisão em Moçambique – Esta dimensão procurou medir as formas de acesso à televisão, entre o analógico e o digital, momentos antes da migração digital. Neste sentido, foi notado que somente 36 por cento dos entrevistados usam a televisão analógica, os restantes entrevistados distribuem-se entre os que têm acesso à televisão com base na DSTV, GOTV, TVCABO, Startimes, ZAP ou não usam televisão, estes últimos numa fracção de 4 por cento [CONSULTE OS DETALHES ESTATÍSTICOS NA TABELA 8, EM ANEXO].

Nível de conhecimento sobre a migração digital – A medição do nível de conhecimento sobre o processo de migração digital foi testado a partir de diversas questões cruzadas. Numa primeira fase, os entrevistados foram questionados se já haviam ouvido falar do processo de migração digital. Nesta questão, 330 dos 400 responderam que sim e 70 não, significando que 82.5 por

cento já ouviram falar na migração e para os restantes 17.5 por cento a migração digital constitui uma novidade. OS que referem saber da migração digital, quando questionados sobre a fonte de informação, 65.0 por cento indicam os meios de comunicação social como a fonte, enquanto os restantes 35 por cento referem os amigos, colegas e familiares como as fontes de informação [CONSULTE OS DETALHES ESTATÍSTICOS NAS TABELAS 9 E 10, EM ANEXO].

Os inqueridos foram ainda submetidos a um teste de conhecimento sobre a migração digital composto por duas questões. A primeira sobre o que vai acontecer com a migração digital. Nesta questão, 19.4 por cento responderam que todos os canais de televisão vão desaparecer e vão surgir novos canais; 59,0 por cento compreendem de forma certa o processo, no sentido de que “vai mudar a forma de recepção do sinal, por forma a termos maior qualidade de sinal”, os restantes 21,6 por cento referiram que a migração digital vai implicar que os aparelhos de TV antigos desapareçam, devendo todos comprar novos televisores [CONSULTE OS DETALHES ESTATÍSTICOS NA TABELA 11, EM ANEXO].

A segunda questão feita para o teste dos conhecimentos a migração digital foi: “acha que os que usam por exemplo a GOTV e a Startimes já migraram e poderiam não se preocupar com o assunto da migração digital?”. Nesta questão, 48 por cento responderam positivamente e 52 por cento responderam negativamente [CONSULTE OS DETALHES ESTATÍSTICOS NA TABELA 12 EM ANEXO].

Suficiência da informação disponível sobre migração digital - Para assunto, os entrevistados foram convidados a avaliarem entre o “muito forte”, “forte”, “médio”, “baixo” “não existente” o nível de informação sobre a migração. Os resultados indicam que 8.8 por cento acham que há uma forte informação; para 13.5 por cento há informação forte; para 45.8 há uma informação média; para 24.8 por cento há uma informação média e para 7.3 há uma informação baixa [CONSULTE OS DETALHES ESTATÍSTICOS NA TABELA 13, EM ANEXO].

Capacidade de migração digital – Para a medição da capacidade de migração digital, foi considerada a sua efectivação a partir de um operador público, sendo que os cidadãos, numa fase inicial, deviam participar com a compra de um descodificador. Para o efeito, foi feita a seguinte questão: “Sendo utente da TV, estaria preparado a comprar um descodificador no valor médio de 1500 meticais e a pagar uma taxa mensal de 300 meticais para ver Televisão com maior qualidade de sinal e diversificada?”. Consoante as variáveis apresentadas, o inquirido teve as seguintes opções de respostas: Muito preparado, com 23 por cento; “mais ou menos” preparado, com 29 por cento; pouco preparado, com 32 por cento e 18 por cento responderam que “caso a condição para ver a televisão fosse pagar pelos descodificadores, não assistiriam à TV” [CONSULTE OS DETALHES ESTATÍSTICOS NA TABELA 14, EM ANEXO].

Recomendações importantes para o governo sobre a migração digital – Os inquiridos são concordantes, de forma maioritária, nas seguintes opiniões: (i) O governo devia apoiar os cidadãos individuais na aquisição dos aparelhos para a recepção da TV; (ii) A migração digital constitui uma oportunidade para que o governo reformule as políticas para que o processo não prejudique os que não podem pagar pelo sinal de TV; (iii) Os cidadãos terão de usar os serviços dos privados (GOTV, DSTV, TVCABO, Startimes) para terem acesso à Televisão; (iv) Em vez de criar uma empresa pública, onde os cidadãos não vão pagar alguns pacotes, o governo devia subsidiar os privados para disponibilizarem pacotes livres aos cidadãos, tornando o processo

mais célere; (v) O governo não precisa de trabalhar com os privados, mas sim de criar uma empresa pública que vai criar facilidades para os mais desfavorecidos [CONSULTE OS DETALHES ESTATÍSTICOS NA TABELA 15, EM ANEXO].

V. REFERÊNCIAS

AFRIMAP, OSF-SA, OSIMP (2010), *‘Radiodifusão pública em África: O caso de Moçambique’*, OSISA: Rosebank.

CEC e IREX (2013), *Análise da cobertura mediática: Eleições autárquicas de 2013-Moçambique*, Maputo: CEC/IREX.

Chaimite, E. (2014), Indignai-vos, in *Ideias* 61, Maputo: IESE.

FES & MISA (2014). “*Barómetro africano da media: Moçambique 2014*”. Windhoek: FES.

Hallin, D. & Mancini, P. (2004), *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*, Cambridge: Cambridge University Press.

INE (2011a). *Relatório final do inquérito aos agregados familiares sobre orçamento familiar, 2008/09*. INE: Maputo.

INE (2013). Moçambique: Inquérito demográfico e de saúde 2011. Maputo: INE.

LEVISTSKY, S. R & WAY, L. A. (2012). ‘Beyond Patronage: Violent Struggle, Ruling Party Cohesion, and Authoritarian Durability’, in *Perspectives on Politics*, 10 (04), December, pp. 869-889.

Namburete, E. (2014), ‘Desenvolvimento e crise do jornalismo em Moçambique’, in Hohlfeldt, A. & Morais, O. J (Org.), *Perspectivas críticas da comunicação em Cabo Verde e Moçambique*, São Paulo: INTERCOM.

Nhanale, E (2014b), ‘Relatório de monitoria da cobertura dos media nas eleições de 2014’, Maputo: CEC.

Nhanale, E. (2014a), ‘Sistema dos Media em Moçambique: uma análise do mercado da imprensa, radiodifusão pública e da profissionalização’, in: CUNHA, Isabel e SERRANO, Estrela (2014). *Cobertura jornalística da corrupção política. Sistemas políticos, sistemas mediáticos, enquadramentos legais*. Lisboa: Aletheia Editores, p. 247-259.

Pereira, J.C.G & Nhanale, E. (2014), *As eleições gerais de 2014 em Moçambique: Análise de questões fundamentais*, Joanesburgo: OSISA.

PNUD (2014). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013: A Ascensão do Sul - Progresso Humano num Mundo Diversificado*. New York (EUA).

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (1990). Maputo: Imprensa Nacional.

LEI DE IMPRENSA – Lei nº 18/91 de 10 de Agosto. Maputo: Imprensa Nacional.

VI. ANEXOS – TABELAS DE FREQUÊNCIAS
Tabela 1 – Distribuição dos entrevistados por sexo

Idade do inquirido	Feminino	Masculino	Total
%	100	100	100
20 – 25	38.5	41.5	40.0
26 – 30	19.0	10.0	14.5
31 – 35	15.0	12.0	13.5
36 – 40	15.5	12.5	14.0
41 – 45	6.0	7.0	6.5
46 – 50	2.0	7.5	4.8
51 – 55	2.0	5.5	3.8
56 – 60	1.0	2.5	1.8
61 e mais	1.0	1.5	1.3
Total	200	200	400

Tabela 2 – Distribuição percentual dos inqueridos por sexo e localização geográfica

	Feminino	Masculino	%	Total
Total	50.0	50.0	100	400
Localização geográfica				
Cidade de Maputo	46.7	53.3	100.0	180
Boane	40.0	60.0	100.0	5
Beira	48.1	51.9	100.0	52
Dondo	81.8	18.2	100.0	11
Nampula	47.2	52.8	100.0	72
Tete	48.0	52.0	100.0	25
Cidade da Maxixe	69.2	30.8	100.0	26
Massinga	40.0	60.0	100.0	5
Lichinga	58.3	41.7	100.0	24
Nível de escolaridade				
Primário	61.5	38.5	100.0	39
Básico	55.7	44.3	100.0	97
Médio	50.8	49.2	100.0	130
Superior	39.3	60.7	100.0	122
Nenhum	66.7	33.3	100.0	12

Tabela 3 – Distribuição percentual do acesso/uso dos media no geral e dos os meios mais usados para a informação

	Localização Geográfica									
	Maputo	Boane	Beira	Dondo	Nampula	Tete	Maxixe	Massinga	Lichinga	Total
Meios de Comunicação a que os inquiridos têm acesso para a sua utilização										
Rádio	15.9	15.0	14.0	15.2	19.1	20.9	14.4	18.8	25.8	16.8
Televisão	21.1	25.0	25.4	30.3	26.4	34.3	25.6	18.8	23.6	23.6
Jornal	10.9	15.0	10.9	9.1	8.1	4.5	12.2	12.5	14.6	10.5
Revista	8.5	10.0	4.1	3.0	1.7	0.0	6.7	0.0	4.5	6.1
Cinema	5.3	5.0	2.1	0.0	1.3	0.0	1.1	0.0	1.1	3.5
Computador	13.3	10.0	14.5	9.1	12.8	13.4	16.7	12.5	10.1	13.2
Telemóveis	20.1	15.0	23.3	27.3	20.4	26.9	17.8	25.0	6.7	20.1
Outras fontes	4.9	5.0	5.7	6.1	10.2	0.0	5.6	12.5	13.5	6.2
%	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Meios de Radiodifusão que os inquiridos mais usam para se informarem										
Rádio Moçambique (RM)	0.4	4.0	0.8	2.2	4.5	4.4	4.9	7.7	6.5	2.1
Televisão de Moçambique (TVM)	3.2	8.0	9.1	13.3	6.7	1.1	4.1	7.7	6.5	5.0
Ambas, a RM e a TVM	3.7	8.0	4.2	2.2	7.2	3.3	7.4	7.7	6.5	4.8
Usa outras rádios e Televisões	8.6	0.0	8.0	6.7	4.2	16.5	5.7	7.7	5.6	7.6
Por via da internet	4.7	0.0	3.0	2.2	4.7	1.1	4.1	3.8	2.4	4.1
Via de outras pessoas	0.8	0.0	1.9	0.0	7.2	0.0	0.0	3.8	0.8	2.0
%	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Tabela 4 – Distribuição dos meios de comunicação mais usados para programas de entretenimento e educação

	SIM	NAO	Total
Total	260	140	400
Meios de comunicação social que os inquiridos mais usam para programas de entretenimento, como novelas e desporto			
Rádio Moçambique (RM)	4.2	10.0	6.3
Televisão de Moçambique (TVM)	17.7	28.6	21.5
Ambas, a RM e a TVM	13.1	15.0	13.8
Usa outras rádios e Televisões	46.5	30.0	40.8
Por via da Internet	15.8	12.9	14.8
Recebe informações por via de outras pessoas	0.8	0.7	0.8
Não usa nenhum destes meios	1.9	2.9	2.3
%	100.0	100.0	100.0
Meios de comunicação social que os inquiridos mais usam para programas de educação			
Rádio Moçambique (RM)	6.2	12.9	8.5
Televisão de Moçambique (TVM)	21.5	30.9	24.8
Ambas, a RM e a TVM	15.8	20.9	17.5
Usa outras rádios e Televisões	41.9	18.0	33.6
Por via da Internet	11.5	12.2	11.8
Recebe informações por via de outras pessoas	1.5	2.2	1.8
Não usa nenhum destes meios	1.5	2.9	2.0
%	100.0	100.0	100.0

Tabela 5 – Distribuição percentual do uso dos meios de comunicação privados e comunitários em comparação com a Radiodifusão Pública; Nível de identificação com a programação da radiodifusão pública; Consulta pública sobre a programação na radiodifusão pública

	Localização Geográfica									
	Maputo	Boane	Beira	Dondo	Nampula	Tete	Maxixe	Massinga	Lichinga	Total
Total	180	5	52	11	72	25	26	5	24	400
%	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Os meios de comunicação privados e comunitários são mais relevantes para os seus interesses de informação, educação e entretenimento do que a TVM e a RM?										
SIM	62.2	40.0	71.2	81.8	76.4	52.0	50.0	80.0	62.5	65.0
NAO	37.8	60.0	28.8	18.2	23.6	48.0	50.0	20.0	37.5	35.0
Nível de identificação cultural, política e social com os programas nacionais produzidos na TVM e na RM										
Muito forte	10.0	60.0	15.4	9.1	9.7	0.0	23.1	60.0	4.2	11.8
Forte	20.0	40.0	21.2	9.1	34.7	24.0	38.5	40.0	20.8	24.5
Médio	55.6	0.0	44.2	36.4	36.1	28.0	26.9	0.0	66.7	45.8
Baixo	12.2	0.0	11.5	45.5	15.3	36.0	3.8	0.0	8.3	14.0
Muito baixo	2.2	0.0	7.7	0.0	4.2	12.0	7.7	0.0	0.0	4.0
Alguma vez foi consultado, ou alguém conhecido, pela TVM ou pela RM sobre como os conteúdos devem ser produzidos ou alinhados?										
Várias vezes	0.6	0.0	11.5	0.0	2.8	0.0	11.5	20.0	0.0	3.3
Algumas vezes	6.1	0.0	11.5	9.1	33.3	4.0	19.2	0.0	8.3	12.5
Poucas vezes	16.1	40.0	17.3	18.2	37.5	32.0	34.6	0.0	33.3	23.5
Nunca	58.9	60.0	36.5	36.4	16.7	16.0	7.7	80.0	45.8	41.3
Não sabe	18.3	0.0	23.1	36.4	9.7	48.0	26.9	0.0	12.5	19.5

Tabela 6 – Avaliação do nível de diversidade política, inclusão e acesso dos cidadãos à radiodifusão pública

	Total
%	100.0
Avaliação sobre o nível de isenção da informação divulgada pela RM e pela TVM sobre a oposição	
A informação da TVM e da RM prejudica a oposição	32.4
A informação da TVM e da RM beneficia a oposição	23.3
A informação da TVM e da RM é isenta em relação à oposição	35.1
Nenhuma das opções é correcta	9.3
Avaliação da RM e da TVM em relação à função dos meios de comunicação	
A informação da TVM e da RM mostra mais aspectos positivos do governo	53.5
A informação da TVM e da RM mostra mais aspectos negativos do governo	9.9
A informação da TVM e da RM mostra tantos aspectos negativos assim como os positivos do governo	33.7
Nenhuma das opções é correcta	2.8
Entre os cidadãos e políticos quem tem mais acesso aos meios de Radiodifusão pública para falar nas notícias?	
Os meios reportam mais os políticos que os cidadãos	55.3
Os meios reportam mais os cidadãos que os políticos	13.8
Ambos aparecem no mesmo nível	27.5
Nenhuma das opções é correcta	3.4
A TVM e a RM abrem espaço para que os cidadãos critiquem o governo?	
Os cidadãos não têm acesso à crítica ao governo na RM e na TVM	34.6
Os cidadãos possuem algum espaço para criticarem o governo na RM e na TVM	30.0
Não existe espaço para crítica ao governo na RM e na TVM	27.6
Nenhuma das opções é correcta	7.7

Tabela 7a – Recomendações para a melhoria dos serviços públicos de radiodifusão

	Localização Geográfica									
	Maputo	Boane	Beira	Dondo	Nampula	Tete	Maxixe	Massingao	Lichinga	Total
Total	180	5	52	11	72	25	26	5	24	400
Os meios de comunicação privados e comunitários são mais relevantes para os seus interesses de informação, educação e entretenimento do que a TVM e a RM?										
SIM	112	2	37	9	55	13	13	4	15	260
NAO	68	3	15	2	17	12	13	1	9	140
Nível de identificação cultural, política e social com os programas nacionais produzidos na TVM e na RM										
Muito forte	18	3	8	1	7	0	6	3	1	47
Forte	36	2	11	1	25	6	10	2	5	98
Médio	100	0	23	4	26	7	7	0	16	183
Baixo	22	0	6	5	11	9	1	0	2	56
Muito baixo	4	0	4	0	3	3	2	0	0	16
Alguma vez foi consultado, ou alguém conhecido, pela TVM ou pela RM sobre como os conteúdos devem ser produzidos ou alinhados?										
Várias vezes	1	0	6	0	2	0	3	1	0	13
Algumas vezes	11	0	6	1	24	1	5	0	2	50
Poucas vezes	29	2	9	2	27	8	9	0	8	94
Nunca	106	3	19	4	12	4	2	4	11	165
Não sabe	33	0	12	4	7	12	7	0	3	78

Tabela 7b – Recomendações para a melhoria dos serviços públicos de radiodifusão

	Localização Geográfica [Nesta questão, seleccione somente a opção que considerar correcta]									
	Cidade de Maputo	Boane	Beira	Dondo	Nampula	Tete	Cidade da Maxixe	Massinga	Lichinga	Total
Total	180	5	52	11	72	25	26	5	24	400
Garantir uma maior independência editorial (de decidirem por si próprios o que publicar)										
Muito	121	4	37	11	40	17	9	4	21	264
Normal	52	1	10	0	26	7	12	1	3	112
Fraco	7	0	5	0	6	1	5	0	0	24
Melhorar a programação: programas educativos, culturais e filmes										
Muito	110	4	32	7	43	22	12	3	22	255
Normal	64	1	18	4	29	3	12	2	2	135
Fraco	6	0	2	0	0	0	2	0	0	10
Melhorar a programação informativa: programas de debates e noticiários										
Muito	130	2	25	3	45	23	9	5	19	261
Normal	45	2	11	5	27	2	12	0	5	109
Fraco	5	1	16	3	0	0	5	0	0	30
Aumentar a produção nacional										
Muito	139	4	25	5	47	17	10	4	22	273
Normal	33	1	20	3	25	8	10	1	2	103
Fraco	8	0	7	3	0	0	6	0	0	24
Menos violência, crimes, pornografia nos diversos programas										
Muito	100	4	28	8	46	6	11	1	18	222
Normal	52	0	16	2	23	11	6	2	4	116
Fraco	28	1	8	1	3	8	9	2	2	62
Mais programas de qualidade nos horários nobres										
Muito	131	4	31	7	40	22	12	3	20	270
Normal	43	1	18	4	32	3	9	2	4	116
Fraco	6	0	3	0	0	0	5	0	0	14

Tabela 8 – Tecnologias de acesso à televisão em Moçambique: entre o analógico e o digital

	Para o caso da televisão, como tem acedido aos conteúdos?							Total
	Por antena normal	DSTV	GOTV	TVCABO	Startimes	ZAP	Nenhum	
Cidade de Maputo	70	12	19	17	29	32	1	180
Boane	3	1	0	0	1	0	0	5
Beira	10	5	9	3	12	13	0	52
Dondo	6	1	1	1	1	0	1	11
Nampula	32	12	5	1	5	13	4	72
Tete	5	2	7	2	4	2	3	25
Cidade da Maxixe	8	14	2	0	0	2	0	26
Massinga	2	1	0	0	0	1	1	5
Lichinga	9	4	2	0	0	4	5	24
Total	145	52	45	24	52	67	15	400

Tabela 9 – Nível de conhecimento sobre a migração digital

	Já ouviu falar sobre a migração digital?		
	SIM	NAO	Total
Total	330	70	400
Cidade de Maputo	161	19	180
Boane	3	2	5
Beira	45	7	52
Dondo	9	2	11
Nampula	46	26	72
Tete	23	2	25
Cidade da Maxixe	22	4	26
Massinga	4	1	5
Lichinga	17	7	24
Primário	24	15	39
Básico	77	20	97
Médio	112	18	130
Superior	113	9	122
Não estudou	4	8	12

Tabela 10 – Fontes de informação sobre a migração digital

Quais são as fontes de informação que usa para se informar sobre a migração digital?	Através dos meios de comunicação sociais	Através de amigos, colegas e familiares	Nunca ouvi falar da migração digital
Total	261	207	60
Cidade de Maputo	129	108	19
Boane	2	1	0
Beira	37	27	6
Dondo	6	8	0
Nampula	38	33	17
Tete	15	8	7
Cidade da Maxixe	16	10	3
Massinga	2	2	1
Lichinga	16	10	7

Tabela 11 – Primeira pergunta de teste sobre a migração digital

Na sua opinião, o que vai acontecer com a migração digital?	
Todos os canais de televisão vão desaparecer e vão surgir novos	19,4
Vai mudar a forma de receber o sinal, por forma a termos maior qualidade de sinal	59,0
Os aparelhos de TV antigos vão desaparecer, sendo que devemos todos comprar novos televisores	21,6
Total	100,0

Tabela 12 – Segunda pergunta de teste sobre a migração digital

Acha que os que usam, por exemplo, a GOTV e a Startimes já migraram e podem não se preocupar com o assunto da migração digital?			
	SIM	NAO	Total
Total	191	209	400
Sexo do inquirido			
Feminino	93	107	200
Masculino	98	102	200
Localização geográfica			
Cidade de Maputo	84	96	180
Boane	2	3	5
Beira	37	15	52
Dondo	9	2	11
Nampula	25	47	72
Tete	12	13	25
Cidade da Maxixe	9	17	26
Massinga	3	2	5
Lichinga	10	14	24
Nível de escolaridade			
Primário	18	21	39
Básico	47	50	97
Médio	71	59	130
Superior	51	71	122
Nenhum	4	8	12
Situação económica			
Estudante	32	37	69
Sector público	39	52	91
Sector privado	63	59	122
Terceriosector (ONG's)	2	8	10
Empresário	10	15	25
Não trabalhador	45	38	83

Tabela 13 – Avaliação do nível de conhecimento sobre a migração digital

	Nível de informação sobre a migração digital					%	Total
	Muito forte	Forte	Médio	Baixo	Não existe informação		
Total	8.8	13.5	45.8	24.8	7.3	100.0	400
Sexo do inquirido							
Feminino	9.0	14.5	38.0	29.0	9.5	100.0	200
Masculino	8.5	12.5	53.5	20.5	5.0	100.0	200
Localização geográfica							
Maputo	6.1	13.3	60.6	18.3	1.7	100.0	180
Boane	20.0	0.0	40.0	20.0	20.0	100.0	5
Beira	17.3	17.3	38.5	25.0	1.9	100.0	52
Dondo	9.1	9.1	27.3	54.5	0.0	100.0	11
Nampula	6.9	20.8	29.2	26.4	16.7	100.0	72
Tete	8.0	0.0	48.0	24.0	20.0	100.0	25
Maxixe	23.1	7.7	38.5	23.1	7.7	100.0	26
Massinga	0.0	0.0	40.0	60.0	0.0	100.0	5
Lichinga	0.0	12.5	16.7	50.0	20.8	100.0	24
Nível de escolaridade							
Primário	5.1	7.7	33.3	38.5	15.4	100.0	39
Básico	13.4	10.3	45.4	22.7	8.2	100.0	97
Médio	10.0	13.8	46.9	24.6	4.6	100.0	130
Superior	5.7	18.0	53.3	19.7	3.3	100.0	122
Nenhum	0.0	8.3	0.0	50.0	41.7	100.0	12
Situação económica							
Estudante	5.8	13.0	58.0	20.3	2.9	100.0	69
Sector público	14.3	16.5	44.0	20.9	4.4	100.0	91
Sector privado	8.2	15.6	49.2	24.6	2.5	100.0	122
Tereciro sector (ONG's)	10.0	10.0	40.0	30.0	10.0	100.0	10
Empresário	0.0	8.0	48.0	36.0	8.0	100.0	25
Não trabalhador	8.4	9.6	32.5	28.9	20.5	100.0	83

Tabela 14 – Nível de preparação económica para a migração digital

Sendo utente da TV, estaria preparado para comprar um descodificador num valor médio de 1500 meticais e a pagar uma taxa mensal de 300 meticais para ver Televisão com uma maior qualidade de sinal e diversificada?					
	Muito preparado	Mais ou menos	Pouco preparado	Caso a condição para ver a TV fosse pagar, não assistiria a nenhum canal	Total
Total	87	116	126	71	400
Sexo do inquirido					
Feminino	44	49	63	44	200
Masculino	43	67	63	27	200
Localização geográfica					
Cidade de Maputo	42	68	62	8	180
Boane	2	1	1	1	5
Beira	14	11	12	15	52
Dondo	4	0	2	5	11
Nampula	6	11	23	32	72
Tete	3	10	7	5	25
Cidade da Maxixe	11	7	5	3	26
Massinga	2	2	1	0	5
Lichinga	3	6	13	2	24
Nível de escolaridade					
Primário	9	11	4	15	39
Básico	16	27	33	21	97
Médio	25	39	44	22	130
Superior	37	38	42	5	122
Não estudou	0	1	3	8	12
Situação económica					
Estudante	18	23	21	7	69
Sector público	22	34	28	7	91
Sector privado	33	38	38	13	122
Tereciro sector (ONG's)	2	3	2	3	10
Empresário	6	7	11	1	25
Não trabalhador	6	11	26	40	83

Tabela 15 – Recomendações e opções dos cidadãos sobre as estratégias do governo na migração digital

	Localização Geográfica									
	Cidade de Maputo	Boane	Beira	Dondo	Nampula	Tete	Cidade da Maxixe	Massinga	Lichinga	Total
Total	180	5	52	11	72	25	26	5	24	400
O governo devia apoiar os cidadãos individuais na aquisição dos aparelhos para a recepção da TV										
Muito	85	2	35	8	43	16	12	4	21	226
Normal	38	3	7	1	24	7	9	0	3	92
Fraco	57	0	10	2	5	2	5	1	0	82
As questões da recepção da TV são da responsabilidade dos cidadãos, não havendo necessidade de o governo subsidiar a compra de aparelhos de recepção										
Muito	61	1	16	3	14	6	5	2	2	110
Normal	61	2	4	1	40	7	11	0	3	129
Fraco	58	2	32	7	18	12	10	3	19	161
Esta constitui uma oportunidade para que o governo reformule as políticas para que o processo não prejudique os que não podem pagar pelo sinal da TV										
Positivo	122	4	27	10	56	23	16	4	4	266
Neutro	38	0	16	1	3	1	7	1	14	81
Negativo	20	1	9	0	13	1	3	0	6	53
O atraso revela um fraco compromisso do governo com o acesso à informação e entretenimento de qualidade através da TV										
Positivo	69	1	25	9	26	7	9	2	12	160
Neutro	53	1	18	2	19	6	8	1	9	117
Negativo	58	3	9	0	27	12	9	2	3	123
Os cidadãos terão de usar os serviços dos privados (GOTV, DSTV, TVCABO, Startimes) para terem acesso à Televisão										
Positivo	70	3	26	9	19	8	8	3	7	153
Neutro	52	1	14	1	22	4	10	2	13	119
Negativo	58	1	12	1	31	13	8	0	4	128
Em vez de criar uma empresa pública, onde os cidadãos não vão pagar alguns pacotes, o governo devia subsidiar os privados para disponibilizarem pacotes livres aos cidadãos, tornando o processo mais célere										
Positivo	115	4	29	5	46	12	14	4	17	246
Neutro	39	1	7	0	10	3	7	0	2	69
Negativo	26	0	16	6	16	10	5	1	5	85
O governo não precisa de trabalhar com os privados, mas sim de criar uma empresa pública que vai criar facilidades para os mais desfavorecidos										
Positivo	155	5	30	5	28	12	6	1	14	256
Neutro	11	0	10	3	13	8	9	1	5	60
Negativo	14	0	12	3	31	5	11	3	5	84